

João de Barros e a Escola Republicana

Uma das características mais estruturais da época contemporânea em Portugal foi a centralidade do debate em torno da educação e do ensino. O alargamento da alfabetização e da escolarização foi sempre visto como parte de uma história mais vasta, de luta contra o atraso e de convergência do país com as nações europeias mais desenvolvidas. Ao lado de outros indicadores macroeconómicos, o número de cidadãos que sabia ler e que frequentava os diferentes níveis de ensino constituiu-se, desde há quase dois séculos, como um espelho do nosso desenvolvimento, ou da falta dele.



POR JOSÉ MIGUEL SARDICA

PROFESSOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

A simples ideia de ensinar o povo a ler não cessou, durante estes duzentos anos, de ser complexificada por outras interrogações: ensinar o quê, com que métodos e com que objectivos? Ensinar em sistema estatal monopolista, na escola pública, ou em sistema concorrencial, reconhecendo e/ou incentivando a iniciativa

da sociedade civil? Ensinar conhecimentos ou inculcar valores? Na base de todos estes temas esteve sempre a esperança no poder demiúrgico da escola para mudar as mentalidades que

depois iriam mudar o país, fazendo do ensino um permanente “factor de ressurgimento nacional” como escreveu António Sérgio em 1918¹. Com diferentes leituras e usos político-sociais, construiu-se assim uma ideologia da escola, que teve a sua época mais importante entre o reformismo da Geração de 70 e a fixação do que seriam as bases da educação salazarista no início do Estado Novo, com particular realce para o debate educativo durante a I República. Foi entre 1910 e 1926 que o “fetichismo do alfabeto”² e a ideologia da escola atingiram o seu auge. Mas não só. Inspirados numa cultura laicista e estatista, os homens de 1910 instrumentalizaram o sistema educativo para através dele fazerem também ideologia na escola, estabelecendo uma estreita relação entre o poder político, a sociedade e as mentalidades através do sistema educativo.

É disso que esta exposição irá dar parte, centrando-se numa curta análise da obra e da reflexão de João de Barros, o mais conhecido e influente pensador educativo do regime republicano em Portugal. Nascido em 1881, João de Barros era um republicano convicto, muito ligado ao ensino secundário, onde começou a leccionar em 1905, com 24 anos. Após o 5 de Outubro, foi Director-Geral do Ensino Secundário, Secretário-Geral do Ministério da Instrução e, já em 1924-25, Ministro dos Negócios Estrangeiros. Com o advento do Estado Novo, regressou à condição de professor liceal e de escritor, tendo morrido em 1960, com 79 anos³. O seu pensamento educativo e a sua ideia de escola republicana espelham-se em várias obras, entre as quais *A Escola e o Futuro* (1908), *A Nacionalização do Ensino* (1911), *A República e a Escola* (1913), *A Educação Moral na Escola Primária* (1914), *A Educação Republicana* (1916) ou *O Problema Educativo Português* (1920).

O PROJECTO EDUCATIVO DO REPUBLICANISMO

As ideias educativas de João de Barros não se compreendem sem uma contextualização do lugar e função da escola na cultura do republicanismo português. Para esta, a escola foi sempre mais do que um local onde se aprendia a ler e a escrever⁴. A alfabetização, mesmo que importante, era apenas um primeiro patamar de uma educação integrada e completa cujo objectivo era a refundação da pátria e a criação de um “homem novo”, inteiramente devotado ao serviço da causa ideológica que o formara⁵.

Numa curta análise, o republicanismo era entendido não como uma mera alternativa de regime político, mas como um “iluminismo actualizado”, assente num “optimismo gnoseológico e histórico” e numa visão cientista e optimista que fazia da República o sinónimo perfeito da democracia e o telos da perfectibilidade humana⁶. Era em nome destes valores e aspirações que os republicanos defendiam ser a questão



política (ou social, ou económica), fundamentalmente uma questão cultural e educativa. Por isso, com o seu élan de uma verdadeira “panaceia salvadora”, a promessa republicana tinha contornos de uma “demopédia”, de uma “cultura cívica”, sacralizada em símbolos e ritos e dotada de instrumentos destinados a regenerar uma pátria e uma comunidade cívica que se achava estarem decadentes e adormecidas⁷. A República não se confundia com a simples substituição da chefia de Estado hereditária por uma chefia electiva; era sobretudo, e nos termos de Rui Ramos, dar corpo a uma comunidade

que ser laicista. Só a laicização de toda a vida pública e também de todas as consciências individuais permitiria extirpar de forma completa a influência do elemento metafísico que, aos olhos do radicalismo, “desvirilizava” os homens, ensinando-os a serem reverentes e passivos, em tudo contrários ao carácter do homem novo com que se faria a República e o futuro. E porque era na velha escola que esta influência era inoculada, seria através de uma nova escola que se libertaria e se emanciparia a infância e juventude dessa orientação, combatendo assim a incultura dos portugueses.



nacional de igualdade, razão, independência e participação cívicas, em que a qualidade da democracia se aferia pela intensidade e pela dimensão, sociológica e geográfica, do debate e capacidade de auto-governo dos seus membros⁸.

O carácter intelectualmente abrangente do republicanismo fazia com que a questão política remetesse para a questão cívica; a questão cívica para a questão cultural e das mentalidades; e esta para a questão do ensino e da escola, sempre interligada com a questão religiosa e com o combate, estrutural no republicanismo, à influência da religião católica no quotidiano dos portugueses. Para além de ser instrumento para a realização do bem comum – e exactamente porque era a grande via para a socialização dos indivíduos – a escola republicana tinha de ser um local onde se reformatassem consciências, destruindo qualquer vestígio de monarquismo ou de educação de influência religiosa. A isso se chamava emancipação ou libertação, acreditando-se que “uma vez ‘esclarecidas’, as massas seriam as primeiras a desejar a implantação da República”⁹. Num país como Portugal, em que o catolicismo era o quadro de referência mental mais importante, qualquer nova mundividência ou projecto global de reorganização da vida colectiva confrontava-se necessariamente com os valores religiosos estabelecidos. Por isso o republicanismo tinha obrigatória e inevitavelmente

Nos anos anteriores ao 5 de Outubro, o sistema de ensino vigente era visto pelos republicanos como o “último reduto da Igreja para dominar a sociedade civil”¹⁰. Tal como existia, a escola era uma instituição inútil – estava cheia de “jesuitismo”, de “enciclopédismo” literário, de matérias e métodos desnacionalizadores e obsoletos, não abrindo espaço para conhecimentos úteis e para as novas ciências, e ainda para mais fomentando desigualdades sociais no seu acesso e frequência¹¹. A isto tudo, os republicanos opunham o ideal da escola pública, gratuita, laica e obrigatória, que fosse não apenas um instrumento de igualdade social, mas também um local de educação cívica. A inspiração vinha da França republicana, com particular destaque para o positivismo pedagógico de Augusto Comte, para a doutrinação de Ferdinand Buisson e para a acção política de Jules Ferry¹². Assim sendo, a ideologia da

escola no republicanismo concebia a educação como um recurso essencialmente político¹³. As matérias a ensinar nos curricula escolares interessavam menos, em si mesmas, do que o efeito ideológico que se conseguia junto das crianças e jovens que frequentavam o ensino. Era nesse sentido que, para os republicanos, a alfabetização era um meio e a escolarização, ideologicamente orientada e politicamente controlada, o fim, fazendo da escola um espaço fundamental para a difusão dos seus ideais¹⁴.

O facto de a questão escolar ser central na ideologia e na política do republicanismo tinha importantes consequências, que dariam ao futuro sistema de ensino republicano características específicas. Já se viu o quanto a divergência entre a República e a Monarquia era tida, no fundo, como um confronto entre duas culturas (razão e ciência contra religião e ignorância)¹⁵. Ora, assumindo que havia esse confronto, e que ele tinha de ser vencido nas salas de aula a bem da emancipação mental das gerações mais novas, a reivindicação pela escola pública e laica significava, na prática, a defesa de uma quase estatização do ensino, porque seria ao futuro Estado gerido pelos republicanos que competiria velar pela reprodução escolar da visão cientista e laica da vida, assim tornada ideologia oficial. O



resultado desta aposta foi a liquidação da liberdade de ensino em Portugal ou, quando isso não foi possível, a sujeição de todas as escolas particulares à alçada fiscalizadora de um Estado que estabelecia para o ensino nacional um programa geral e obrigatório baseado na laicidade.

O carácter laico da ideologia escolar republicana fazia com que a apreçoada neutralidade da escola tivesse acabado por ser um princípio subvertido na acção. A “escola neutra” foi um slogan muito usado antes de 1910. Mas, como desenvolve Maria Filomena Mónica, a estatização do ensino conduzia à negação da neutralidade: uma vez alçados ao poder “os republicanos jamais hesitaram em usar a escola para doutrinar as suas massas nas virtudes do republicanismo, apenas retomando a polémica em torno da ‘escola neutra’ quando a Igreja empreendia qualquer acção no sentido de reconquistar influência”¹⁷. Numa palavra, “neutra” achavam os republicanos que deveria ser a escola quando nela ainda mandavam monárquicos e, sobretudo, a Igreja católica; militantemente laicista passaram a achar que ela deveria ser, tão logo chegou o momento de a República tomar posse do aparelho escolar¹⁸.

A REFLEXÃO EDUCATIVA DE JOÃO DE BARROS

Nenhuma obra é tão ilustrativa da pedagogia laicista do republicanismo, nem exerceu sobre ela tanta influência, quanto a de João de Barros¹⁹. Em toda a sua reflexão sobre a questão do ensino e da escola, avultava a ideia central de que a instrução pública era a melhor via para operar a republicanização do país a partir de baixo, das camadas infantis e adolescentes que passassem pela escola estatal²⁰. Com o típico visionarismo utópico da esquerda, Barros não tinha dúvida em considerar que “a instrução é sempre a causa mais directa e imediata do avanço de um país” e que, por essa mesma razão, “gastar dinheiro com ela é, positivamente, *semear* dinheiro”²¹.

O cerne da sua argumentação era sempre político e ideológico: “Sem educar e sem instruir as novas gerações, dentro de um critério republicano, que seja ao mesmo tempo um critério pedagógico, ninguém poderá garantir o futuro da República e da Pátria”, explicava ele²². “Moralmente”, acrescentava, “os portugueses são, de um modo geral, inteiramente desvirilizados, sobretudo os das chamadas classes dirigentes”; daí ser imperativo “republicanizar o país”, ou seja, “republicanizar a escola”, exactamente porque “fazer educação republicana é inspirar a nossa pedagogia nos princípios educativos absolutamente contrários àqueles que dantes seguia e adoptava a escola portuguesa”²³. A educação tinha de ser “eminentemente republicana”, constituindo-se como um curso de cidadãos que, mais do que limitar-se a veicular conhecimentos, educasse “as crianças de hoje para que elas sejam os republicanos e os patriotas de amanhã”²⁴.



A ESTATIZAÇÃO DO ENSINO CONDUZIA À NEGAÇÃO DA NEUTRALIDADE: UMA VEZ ALÇADOS AO PODER “OS REPUBLICANOS JAMAIS HESITARAM EM USAR A ESCOLA PARA DOCTRINAR AS SUAS MASSAS NAS VIRTUDES DO REPUBLICANISMO, APENAS RETOMANDO A POLÊMICA EM TORNO DA ‘ESCOLA NEUTRA’ QUANDO A IGREJA EMPREENDEIA QUALQUER ACÇÃO NO SENTIDO DE RECONQUISTAR INFLUÊNCIA

obedeciam a autoridades estrangeiras (os Jesuítas, directamente a Roma), utilizando a escola para enfraquecer o sentimento da pátria cívica e independente. No ódio ao Jesuíta misturavam-se assim argumentos educacionais e políticos: todo o elemento da Igreja era mau português, porque só escutava as ordens de autoridades estrangeiras, além de mau professor, porque era retrógrado nos seus métodos e nas suas atitudes. À educação religiosa e jesuítica se devia então endossar a responsabilidade da “decadência portuguesa durante quase quatro arrastados séculos”; tudo, nos religiosos que ensinavam, era obsoleto e condenável: “não despertam energias nem sensibilidades para a vida: fazem autómatos [...] à custa do desenvolvimento normal, à custa da individualidade do educando, à custa da liberdade da consciência e de pensamento”³⁰.

Consequentemente, a escola não podia ser neutral, devendo, ao contrário, dotar-se de uma forte carga ideológica laicista. João de Barros não se cansava de insistir nisto, forçando a indistinção entre “neutral” e “laico” e por essa via diluindo a liberdade de ensino. Em 1913, explicava:

“A educação primária e toda a educação devem ser neutras – eu preferia que se dissesse laicas – porque só assim respeitarão



o desenvolvimento normal do aluno. Eis uma afirmação que não pode ser contraditada, nem pelos mais apaixonados defensores do que é d'uso chamar-se (com tão manifesta impropriedade!...) liberdade de ensino³¹.

Um ano volvido, em 1914, a posição era ainda mais clara:

“Antes de mais nada farei notar [...] que a educação na escola primária tem de ser laica, empregando esta palavra laica, de modo algum contrária à disposição da Constituição que preceitua que o ensino nas escolas públicas deve ser neutro. Estudando com efeito o significado d'uma e d'outra palavra [...] verificamos que o termo laico não é senão uma delimitação, uma melhor definição de neutro³².

“Laico”, em Barros, não era “neutro”: a neutralidade suporia a indife-

Nacionalizar o ensino significava colocá-lo ao serviço da nova ideia política, como arma de combate a religião e a monarquia



rença, ou seja, um sistema educacional público sem qualquer posição sobre a esfera do religioso. O que ele queria era que a escola pública, bem ao contrário, tomasse uma posição e se assumisse como instrumento contra a religião. No republicanismo, a laicidade foi sempre muito mais do que uma simples, e institucional, secularização. E tanto mais que ela era aplicada não apenas ao ensino estatal, legalmente sob a alçada do Estado, mas a todas as escolas. Ou seja: “laicismo”, na I República, não significava o que hoje por ele se entende, quando se diz que a Constituição (de 1976) estabeleceu um Estado laico (i.e., sem religião oficial), nem sequer uma simples posição de agnosticismo; significava “ateísmo” e, portanto, o endosso ao Estado de uma missão de combate à existência da religião, quer nas instituições, quer na própria esfera da sociedade civil, da cultura e das mentalidades.

Começando na ideologia da escola e no elogio das maravilhas epistemológicas que a-través dela se operariam, Barros acabava na defesa de uma muito clara ideologia na escola, afirmando que “a solução do problema pedagógico” só se atingiria com uma educação “de carácter nitidamente, tendenciosamente republicana³³. O resultado, segundo Vasco Pulido Valente, é que a noção de “educação nacional” em

pouco tempo significou uma “educação sectária³⁴. Em Maio de 1909, quando a Monarquia ainda reinava sobre a escola, João de Barros achava que uma disciplina de «Educação Cívica» seria algo inútil – um “espantallo” – já que falar em assuntos cívicos a uma criança era o mesmo que “falar-lhe chinês” (*sic*). Depois do 5 de Outubro, contudo, quando o republicanismo se tornou regime, Barros passou a defender a «Educação Cívica» como um elemento indispensável no cur-

riculo primário³⁵. Era através dela, dos valores que ela inculcava, dos exemplos de civismo republicano que ela dava e da propaganda anti-clerical que a coberto dela se fazia que as gerações mais novas seriam formadas na adesão à República.

Um dos amigos de João de Barros, César da Silva, também ele adepto da ideologia escolar como uma nova “religião” cívica da humanidade³⁶, cunhou um dia a célebre máxima de que a escola (republicana) devia ser “a oficina em que se fabrique um cidadão³⁷. Era na verdade mais do que isso.

A preocupação com a educação em massas geralmente ignorantes escondia a esperança, mais vasta, e o programa, mais ambicioso, de fazer delas um “eleitorado ordeiro, informado e activo³⁸, sem o qual a viabilidade do regime republicano estaria sempre comprometida, em face do país imóvel que ainda restava, impermeável à utopia iluminada dos revolucionários. Assim, na realidade, João de Barros considerava que a escola tinha de ser muito mais do que uma modesta “oficina” em que se fizessem meramente “cidadãos”, devendo por isso assumir as dimensões de uma verdadeira fábrica de eleitores. Era esse o fim último da educação republicana, bem de acordo com o princípio, um dia enunciado por Ferdinand Buisson, de que “a escola não faz eleições, mas faz eleitores³⁹.”

De nada serviria alfabetizar as multidões e, através da escolarização, obter cidadãos conformes a uma moral ou ética pública de civismo. O essencial é que esses cidadãos, no exercício dessa moral ou ética, se sentissem compelidos a apoiar, por palavras e actos, na vida quotidiana, na rua, no emprego e na urna o regime político que os fabricara. O imaginário aqui evocado era o do cidadão virtuoso e atento, inteiramente devotado à defesa da res publica contra todos os inimigos que pudessem, pelo reacconarismo político ou

pela superstição religiosa, ameaçar a sua verdade “positiva” e material. Ao lado de Afonso Costa, João de Barros era o pedagogo do jacobinismo. A herança era aliás explicitamente assumida em 1916:

“A cada novo ideal da humanidade corresponde um novo ponto de vista pedagógico. A revolução francesa, de cujo impulso formidável ainda hoje vivemos, trouxe consigo Rousseau; e, pedagogicamente, é de Rousseau que ainda hoje vive também o nosso pensamento e a nossa sensibilidade”⁴⁰.

Na escola sem Deus, o ensino das letras, da ciência (positivista e materialista) e do patriotismo (republicano) estimularia uma aprendizagem cívica integral, que daria os seus devidos frutos (políticos) no robustecimento de uma massa de cidadãos integralmente adeptos, em qualquer momento e espaço, da nova ordem encarnada no regime republicano. Era essa escola concebida como fábrica de eleitores, como “sistema de mobilização e de propaganda em benefício do Estado republicano”⁴¹, que viria a ser “a espinha dorsal do sistema educativo que se iria implantar após a tomada do poder em 1910”⁴².

A OBRA EDUCATIVA DA I REPÚBLICA.

Entre os diplomas legais mais importantes e emblemáticos do regime onde se materializou a pedagogia republicana de João de Barros contam-se os decretos de 22 de Outubro de 1910 e de 29 de Março de 1911, bem como os artigos da Constituição de 1911 referentes ao sistema de ensino. O primeiro consagrava a laicidade escolar, banindo todo o ensino da doutrina cristã nas escolas portuguesas, públicas e particulares, e substituindo-o por uma disciplina de «Educação Cívica», desenhada para ser o dispositivo central para a inculcação de valores republicanos na escola⁴³. Ou seja, liquidava a liberdade de ensino, não no sentido de proibir a existência de escolas particulares, mas no sentido de criar um único discurso educativo, monopolizado e ditado por um verdadeiro “Estado educacional”. O segundo, estabelecendo as novas bases de funcionamento do ensino primário em Portugal, declarava explicitamente: “A escola vai ser neutra. Nem a favor de Deus nem contra Deus. Dela se banirão todas as religiões, menos a religião do dever, que será o culto eterno desta nova Igreja cívica do povo”⁴⁴. Quanto à Constituição, estatua a recusa de qualquer concessão à confessionalidade em todos os estabelecimentos escolares, numa “neutralidade” que não era simples indiferença mas militância laicista, através da qual a escola sem Deus se tornaria uma escola contra Deus, uma verdadeira “Igreja cívica”, dominada por um “sacerdote laico” (o professor), cuja missão era moldar espiritualmente as futuras almas republicanas⁴⁵. João de Barros achava que estava nas mãos do mestre-escola “grande parte do futuro de um país, e a possibilidade de o tornar mais digno, mais forte e mais cultivado” – desde que, subentendia-se, o mestre-escola fosse o denodado “apóstolo” cívico de um sistema em que educar e laicizar eram uma e a mesma coisa. Foi aliás por isso que, logo a partir de Janeiro de 1911, se estabeleceu que nenhum padre ou ex-membro das ordens religiosas entretanto extintas poderia “exercer o ensino ou intervir na educação”, fosse “directamente” ou por “interposta pessoa”, e que, durante todo o regime, quaisquer referências de carácter religioso

implicassem, na escola pública, a demissão do professor e, na escola particular, o encerramento da mesma⁴⁶.

Os especialistas em história do ensino não fazem um balanço muito positivo das reformas educativas da República. O saldo das medidas legislativas, diz por exemplo António Nóvoa, foi “assaz decepcionante”⁴⁷. Dispensando as apreciações qualitativas, o que revelam os números? 16 anos de regime republicano significaram um ganho de 8% na taxa de analfabetismo (de 70% em 1910 para 62% em 1926), sensivelmente a mesma evolução que a registada nos 20 anos anteriores, entre 1890 (78% de analfabetismo) e 1910⁴⁸; um ganho de 1% na taxa de escolarização global do país, quando a evolução fora, neste indicador, de 7% entre 1900 e 1910⁴⁹; e um ganho de 12,2% na frequência dos vários graus de ensino, desde a escola básica à Universidade⁵⁰. Importante é notar que, ainda em 1926, mais de 95% de todos os jovens escolarizados em Portugal ficavam-se por uma educação mínima, ou seja, não mais do que “a capacidade de soletrar as cartas dos seus ausentes e rabisar as suas”⁵¹.

Perante a dura realidade, há sinais de que até o entusiasta e optimista João de Barros começou a ceder ao desalento. Em 1916, declarou que “era mister afirmar, com sinceridade e sem vergonha, que a obra republicana em matéria de educação e de instrução” era ainda então “deficientíssima”⁵². O regime já fizera alguma coisa? Sem dúvida. Mas fora, na sua expressão, “obra exterior”; “não buliu ainda no espírito do ensino – buliu apenas na sua aparência”; faltava ainda à escola “a alma, o sentimento, a compreensão íntima, ou de quem executa ou do ambiente em que deve executar-se”⁵³. Em suma, faltava-lhe mais ideologia; não menos. E mais recursos: Barros contabilizava, “números redondos, 7000 escolas primárias no país” e achava que eram necessárias “30 a 40000 pelo menos”⁵⁴. Chegado a 1920, já desesperava com os políticos do regime: “Há em todos eles uma bela fúria de combate contra o existente, uma inteligência demolidora que sabe ver todos os pontos fracos do adversário para melhor o atingir e, simultaneamente, uma série de afirmações vagas sobre o ideal republicano”⁵⁵.

Sem que se desse conta, João de Barros estava com isto a tecer uma crítica que também lhe era, e em muito, aplicável. Na verdade, para que os sonhos educativos de Barros e de outros pudessem ter tido êxito no combate sustentado ao analfabetismo, e na sempre importante tarefa de qualificar recursos humanos através da escola, era preciso menos voluntarismo e mais realismo, e que o país tivesse o que não tinha – recursos financeiros, uma outra estrutura social e uma estabilidade institucional e continuidade política em tudo contrárias ao que foi o agitado quotidiano de 1910-1926⁵⁶. Longe de ajudar a enraizar e consensualizar o republicanismo, o sistema escolar do tempo politizou demasiado o ensino, fazendo com que a ideologia na escola compromettesse as possibilidades de acção da ideologia da escola. No fundo, as melhores intenções da obra educativa da República foram limitadas por um sistema escolar que não existia para fomentar o debate entre diferentes pontos de vista sobre o conhecimento, mas antes para veicular uma dada mundividência, cívica, política, social e moral, entendida como materialização libertadora de um ideário revolucionário e exclusivamente detida pela vanguarda iluminada dos homens do PRP. ::



NOTAS

¹ V. Sérgio, 2008 [1918]; ² Nóvoa, 1988, p. 53; ³ Uma das maiores ironias da vida de João de Barros, o republicano convicto, é o facto de ele ter sido sogro de Marcello Caetano, em virtude do casamento deste com a sua filha, Teresa de Barros; ⁴ V. Ramos, 2001, p. 361 e 366; ⁵ Nóvoa, 1988, p. 31, e Proença, 1998, p. 69. Como resume a última autora, "a ideologia republicana foi profundamente marcada pela crença no papel indispensável da educação e do ensino para a construção do 'homem novo' e de uma nova sociedade"; ⁶ Catroga, 1991, pp. 168-169 e 179; ⁷ Catroga, 1991, pp. 107, 191, 377 e 451, e Ramos, 2001, pp. 349-375; ⁸ Ramos, 2009, p. 582: "O objectivo do PRP não era derrubar simplesmente a dinastia mas transformar Portugal num novo tipo de comunidade política [...] pela afirmação pública de uma perspectiva racionalista [...] Os líderes do PRP acreditavam que era possível transformar o mundo através de uma acção colectiva e confiavam no poder político para desencadear essa acção"; ⁹ Mónica, 1980, p. 500; ¹⁰ Proença, 2009, p. 171; ¹¹ Proença, 2009, p. 171, e Costa, 1993, pp. 269-270; ¹² Catroga, 1991, pp. 381-383; ¹³ Costa, 1993, p. 262: a escola republicana reflectia "a convicção utilitarista de que o acesso ao saber outorgava um certo poder, exprimindo a homologia que caracteriza as relações entre o campo cultural e o campo político"; ¹⁴ Mónica, 1980, p. 505; ¹⁵ V. Costa, 1993, p. 296; ¹⁶ Costa, 1993, p. 267; ¹⁷ Mónica, 1980, pp. 514-515; ¹⁸ Mónica, 1980, p. 516: "A partir de 1910, a República iria usar o aparelho de Estado central para transformar o sistema escolar a partir de cima, libertando deste modo as massas, mesmo as mais relutantes, da pernicioso propaganda religiosa"; ¹⁹ V., sobre a pedagogia de João de Barros, Valente, 1974, pp. 195-229, e os estudos mais exaustivos de Fernandes, 1971, e de Araújo, 1994.; ²⁰ Valente, 1974, pp. 198-199. Não obstante a preferência de João de Barros pelo sistema público de ensino, o seu filho, Henrique Teixeira Queirós de Barros (1904-2000), engenheiro agrónomo, docente do Instituto Superior de Agronomia, activista republicano do MUD (1945), candidato da oposição liberal nas eleições de 1969, militante socialista após o 25 de Abril, presidente da Assembleia Constituinte (1975-76) e ministro (1977-78), costumava lembrar que tinha feito o ensino primário em casa, com professoras particulares, por ser esse o hábito da classe social a que pertencia. O facto de o filho do grande profeta da escola primária pública afinal nunca a ter frequentado - exactamente nos anos da I República - não deixa de ser um pormenor que merece ser realçado; ²¹ Barros, 1911, pp. 76-77 [texto de 1908, itálico no original]; ²² Barros, 1916, pp. 23-24; ²³ Barros, 1913, pp. 9, 11 e 13; ²⁴ Barros, 1913, p. 8 e 33-34, e 1916, p. 40; ²⁵ Barros, 1913, p. 34; ²⁶ Barros, 1911, Prefácio, e 1913, pp. 90-96 e 129-134; ²⁷ Catroga, 1991, p. 426: em João de Barros, "a republicanização da escola era apresentada como sendo equivalente à nacionalização do ensino"; ²⁸ Barros, 1913, p. 15; ²⁹ Barros, 1911, p. 11. Sobre a "nacionalização do ensino" v. também Barros, 1914, pp. 37 e ss; ³⁰ Barros, 1916, p. 134; ³¹ Barros, 1913, pp. 15-16; ³² Barros, 1914, p. 19; ³³ Barros, 1913, p. 3; ³⁴ Valente, 1974, p. 207. Como explica o autor, "a 'educação portuguesa é assimilada por Barros à 'educação republicana' [...] ou seja, de regime nacional, a República começa a confundir-se no pensamento de João



de Barros com a nação mesma e os seus interesses com os interesses desta. Assim, a obra de 'nacionalização do ensino', que nos primeiros livros ele justificava pela sua utilidade a Portugal, nos últimos ele justifica-a pela utilidade às in; ³⁵ Barros, 1911, pp. 37-38 [texto de 1909]. V. também Valente, 1974, pp. 206-207; ³⁶ Para César da Silva, a instrução popular tinha de ter a dimensão de "uma cruzada", uma vez que ela era "o farol que há-de conduzir a democracia à realização dos seus mais belos ideais" e que "as vinte e quatro letras do alfabeto alumiam mais do que todas as constelações do universo" - desde que se transformassem as escolas vigentes "de pequeninas inquirições da infância, que são agora, em verdadeiros templos de civismo" (Silva, 1912, pp. 8, 11 e 14; ³⁷ Silva, 1912, p. 14; ³⁸ Valente, 1974, p. 162; ³⁹ Cit. por Catroga, 1991, p. 387; ⁴⁰ Barros, 1916, p. 175; ⁴¹ Ramos, 2001, p. 367; ⁴² Proença, 2009, p. 172; ⁴³ V. Catroga, 1991, p. 400, Carvalho, 2001, pp. 660-661, e mais extensamente, Pintasilgo, 1998; ⁴⁴ V. o preâmbulo do decreto em Carvalho, 2001, pp. 893-895; ⁴⁵ Carvalho, 2001, p. 660, e Ramos, 2001, p. 362; ⁴⁶ Estas formas de sectarismo tiveram óbvias consequências, sendo a principal das quais uma crescente politização do professorado, que suscitou até, em alguns pedagogos do regime, a

queixa de que a selecção para a carreira docente não era muitas vezes feita por competência ou concurso, mas por compadrio e "atestados" de bom republicanismo passados nem que fosse pelo "merceeiro regedor" (sic) (Cit. por Nóvoa, 1988, p. 32); ⁴⁷ Nóvoa, 1987, p. 542: "A décalage entre as ideias reformistas e a realidade sócio-económica do país, tal como as bases sociais da República, impediram a concretização da maioria dos projectos respeitantes ao ensino"; ⁴⁸ Ramos, 2009, p. 599, e Candeias, 2007, quadros pp. 37 e 40; ⁴⁹ Ramos, 2009, p. 599; ⁵⁰ Os cálculos foram realizados a partir da evolução das populações escolares que frequentavam os níveis primário, secundário, técnico-profissional e superior, colhida em Rocha, 1984, pp. 292-293 (Ensino Primário), Valente, 1974, pp. 100-101, e Carvalho, 2001, p. 714 (Ensino Secundário), Carvalho, 2001, p. 718 (ensino técnico-profissional), e Carvalho, 2001, pp. 714-715 (Ensino Superior). De acordo com estes autores, o número de alunos a frequentar o ensino primário subiu de cerca de 292 mil alunos em 1910-1911 para cerca de 318 mil alunos

em 1925-1926; o número de alunos no secundário (Liceus) de 8275 para 11885, o número de alunos no ensino técnico-profissional de 7153 para 14714; e o número de alunos no superior de 3227 para 4117. Tudo somado, a população escolar portuguesa contabilizava 310655 alunos no início do regime republicano e 348716 no seu termo; ⁵¹ Carvalho, 2001, p. 716; ⁵² Barros, 1916, p. 21; ⁵³ Barros, 1916, pp. 25-26; ⁵⁴ Barros, 1916, p. 122; ⁵⁵ Cit. por Carvalho, 2001, p. 708. Como conclui Vasco Pulido Valente, "o que ficou da revolução pedagógica republicana proposta por João de Barros foi quase só a obsessão nacionalista e partidária, com que incessantemente se exprime o desejo de dignidade, emancipação e verdadeira independência de um povo colonizado" (Valente, 1974, p. 229); ⁵⁶ Os republicanos "quiseram sempre escolas com professores eruditamente diplomados e doutrinariamente seguros, instaladas em edifícios bem apetrechados, etc. Assim, fizeram da escola primária uma instituição impossível" (Ramos, 2001, p. 541).

